

Entre dizer e silenciar: a construção discursiva dos obituários femininos na Folha de S. Paulo

Between Saying and Silencing: The Discursive Construction of Female Obituaries in Folha de S. Paulo

Luísa Gabrielli de Lima ¹ 
Lucas Andrey Rodrigues ² 
Renata Mendes Schrimann ³ 

RESUMO

Este artigo investiga a construção discursiva dos obituários femininos publicados na *Folha de S. Paulo*, tomando-os como materialidades nas quais se inscrevem processos de produção de memória, ideologia e representação de gênero. Ancorada na Análise de Discurso de filiação francesa, sobretudo nas formulações de Michel Pêcheux, a pesquisa parte do pressuposto de que o discurso se constitui na relação indissociável entre língua, história e ideologia, sendo atravessado por condições de produção que delimitam o dizível e o silenciável. O corpus é composto por obituários de mulheres publicados no referido periódico, com destaque para os casos de Marília Mendonça, Rita Lee e Aracy Balabanian, cujos casos permitem observar o funcionamento discursivo da memória pública. Metodologicamente, mobilizam-se conceitos como formação discursiva, interdiscurso, memória discursiva, posição-sujeito e efeitos de sentido, a fim de analisar como tais textos operam na seleção, hierarquização e apagamento de aspectos das trajetórias femininas. A análise evidencia que, ao narrar a morte de mulheres, os obituários não apenas informam o falecimento, mas produzem efeitos de evidência que naturalizam determinadas leituras, frequentemente deslocando o foco das realizações profissionais e da atuação pública para dimensões relacionadas ao corpo, à vida privada, à maternidade ou a traços estigmatizados. Conclui-se que o obituário jornalístico configura-se como espaço de disputa simbólica pela memória, no qual se reiteram e tensionam formações ideológicas que atravessam a constituição do feminino na esfera pública, evidenciando que o que se diz, bem como o que se silencia, participa ativamente da produção de sentidos sobre as vidas narradas.

Palavras-chave: Obituários femininos. Memória Discursiva. Formações Discursivas. Morte.

ABSTRACT

This article investigates the discursive construction of female obituaries published in *Folha de S. Paulo*, considering them as materialities in which memory production, ideology, and gender representation are inscribed. Grounded in French Discourse Analysis, particularly Michel Pêcheux's theoretical contributions, the study assumes that discourse is constituted through the inseparable relationship between language, history, and ideology, and is traversed by conditions of production that delimit what can be said and silenced. The corpus consists of obituaries of women published in the newspaper, focusing on Marília Mendonça, Rita Lee, and Aracy Balabanian, whose cases allow us to observe how public memory is discursively constructed. Methodologically, concepts such as discursive formation, interdiscourse, discursive memory, subject-position, and effects of meaning are mobilized to analyze how these texts select, hierarchize, and erase aspects of female trajectories. The analysis demonstrates that, when narrating women's deaths, obituaries do not merely report their passing but produce effects of obviousness that naturalize particular interpretations, often shifting attention away from professional achievements and public performance toward the body, private life, motherhood, or stigmatized traits. It concludes that journalistic obituaries constitute a space of symbolic dispute over memory, where ideological formations shaping the construction of the feminine in the public sphere are reiterated and contested. Thus, what is said and what is silenced actively participate in producing meanings about the lives narrated.

Keywords: Female Obituaries. Discursive Memory. Discursive Formations. Death.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel/Pr, Brasil. E-mail: Luisa12gabrielli@gmail.com.

² Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel/Pr, Brasil. E-mail: Lucasandrey02@gmail.com.

³ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel/Pr, Brasil. E-mail: renataschirmann.trabalho@gmail.com.

1 REFLEXÕES INICIAIS

A morte costuma ser pensada como encerramento, mas, quando observada de perto, ela funciona como deslocamento. O corpo deixa de estar presente, porém a circulação de sentidos se intensifica. A vida que se foi passa a existir em outra materialidade: a da linguagem. É nesse espaço que alguém continua sendo, não mais por si, mas pelo que é dito, lembrado e organizado pelos outros.

Não há uma memória pura. Toda evocação de uma vida implica recortes, escolhas e hierarquizações. Certos aspectos ganham visibilidade, outros são atenuados e muitos simplesmente não entram na cena discursiva. O que se apresenta como homenagem ou registro também é atravessado por valores, expectativas e modos de ver o mundo. A morte, assim, não suspende a ideologia, ao contrário, torna-a mais evidente.

Contudo, escrever sobre a morte é também inscrever-se em uma rede de discursos já existentes. A própria maneira como falamos da morte é marcada por memórias: há quem a descreva como descanso, como passagem, como ausência, como injustiça ou como destino. Cada formulação é atravessada por ideologias, crenças religiosas, valores familiares, experiências coletivas ou individuais. Nesse sentido, o discurso sobre a morte nunca é neutro, ele carrega o peso da história, da cultura e das condições em que é produzido.

Dessa forma, escrever sobre a morte não é apenas falar dos outros, é também voltar-se para si. É olhar-se no espelho e perguntar: o que faço com o tempo que me foi dado? Que marcas desejo deixar? Qual é o verdadeiro sentido de viver, sabendo que tudo, em algum momento, se apagará? A escrita não oferece respostas definitivas, mas abre caminhos para pensar, sentir e, sobretudo, aceitar a morte e senti-la de outro jeito.

Talvez seja exatamente isso que a torna tão essencial diante da morte: ela não elimina a dor, mas a organiza; não dissolve o medo, mas o torna suportável; não devolve quem partiu, mas ensina a continuar. Ao escrever, descobrimos que o fim não é apenas ausência, é também *memória*, transformação, permanência em outra forma.

No fundo, escrever sobre a morte é escrever sobre a vida em sua intensidade mais pura. É reconhecer que somos frágeis e passageiros, mas ainda assim capazes de deixar rastros luminosos no caminho. É transformar a angústia em palavra, a perda em lembrança, o silêncio em diálogo. E, quem sabe, é também um jeito de nos reconciliarmos com o inevitável, encontrando serenidade no simples fato de que tudo o que existe tem começo, meio e fim.

A morte, embora constitua uma experiência universal, não é significada de modo homogêneo. As formas pelas quais vidas são narradas, lembradas e inscritas na memória coletiva variam conforme condições históricas, sociais e ideológicas, produzindo efeitos distintos sobre quais existências são reconhecidas como dignas de luto, homenagem e permanência simbólica. Nesse contexto, o obituário, enquanto gênero discursivo jornalístico, ocupa um lugar privilegiado na organização da memória social, pois atua como um dispositivo de fechamento biográfico que, ao mesmo tempo em que homenageia, seleciona, hierarquiza e silencia aspectos das trajetórias narradas.

Na imprensa, e de modo particular na coluna de obituários da *Folha de S. Paulo*, esses textos não se limitam a informar o falecimento de indivíduos, mas participam ativamente da construção de narrativas sobre vidas que passam a integrar o patrimônio simbólico da sociedade. Ao destacar realizações, personalidades, conflitos ou episódios

considerados relevantes, os obituários produzem sentidos que ultrapassam o plano individual e contribuem para a consolidação de valores, normas e representações sociais mais amplas. Assim, longe de se configurarem como relatos neutros ou transparentes, esses textos se inscrevem em formações discursivas atravessadas pela ideologia, pelas disputas simbólicas e pelas condições de produção próprias do jornalismo contemporâneo.

Quando se trata da morte de mulheres, esse funcionamento discursivo adquire contornos ainda mais complexos. A reação da imprensa diante de falecimentos femininos frequentemente evidencia que, se a vida já é atravessada por desigualdades de gênero, tais assimetrias tendem a se intensificar após a morte.

Talvez por isso a morte cause tanto desconforto: porque nos confronta não apenas com o fim, mas com o fato de que seremos, inevitavelmente, reduzidos ao que será dito, e ao que será silenciado, sobre nós.

É nesse cenário que se inscreve esta pesquisa, que toma como objeto de análise a construção discursiva dos obituários femininos publicados na *Folha de S.Paulo*⁴. Partindo do referencial teórico da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, a investigação compreende o discurso como prática material atravessada pela ideologia, na qual os sentidos não são dados de antemão, mas produzidos em condições específicas de enunciação. Nessa perspectiva, linguagem, sujeito e história se articulam de modo indissociável, e aquilo que se diz é sempre acompanhado por silenciamentos, apagamentos e deslocamentos que também significam.

A pergunta central que orienta esta pesquisa é: como a coluna de obituários da *Folha de S.Paulo* constrói discursivamente as homenagens póstumas a mulheres? A partir dessa questão, busca-se compreender de que modo as escolhas temáticas e lexicais mobilizadas nesses textos refletem, reproduzem ou tensionam valores e ideologias sociais, culturais e éticas, bem como quais efeitos de sentido são produzidos a partir dos silenciamentos e apagamentos que atravessam essas narrativas.

Ao propor essa análise, a pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica de compreender o papel do discurso jornalístico na produção da memória coletiva e na manutenção ou contestação de ideologias dominantes. Em um contexto no qual a imprensa ocupa lugar central na circulação de sentidos, investigar como vidas femininas são narradas após a morte contribui para problematizar não apenas o gênero obituário, mas os modos pelos quais a sociedade atribui valor, legitimidade e reconhecimento às trajetórias de mulheres.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Refletir sobre o discurso, na perspectiva da AD de filiação pecheutiana, implica em ultrapassar os limites do sistema da língua entendido como estrutura formal e autônoma. Embora a língua constitua a materialidade indispensável do discurso, ela não é suficiente para explicar a produção de sentidos. Segundo Orlandi (2020, p.13),

Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

⁴ A Folha de S. Paulo é um dos principais jornais do Brasil, fundado em 1921, com sede na cidade de São Paulo.

Neste sentido, o discurso não se reduz a um conjunto de regras sintáticas ou semânticas, pois ele se constitui no encontro entre a língua, a história e a ideologia, sendo atravessado por condições de produção que determinam o que pode ou não ser dito num momento histórico. Assim, o sentido não está dado na língua, mas se produz no funcionamento discursivo, na relação entre sujeitos historicamente situados e nas formações discursivas que estabelecem os sentidos possíveis nos discursos: "Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" (Orlandi, 2020, p. 13).

Ultrapassar o sistema linguístico significa, pois, reconhecer que o discurso é marcado pela exterioridade: ele carrega memórias, silenciamentos, disputas e posições ideológicas que escapam a uma análise puramente imanente. Nesse quadro, o sujeito do discurso não é origem soberana do dizer, mas efeito de processos históricos e ideológicos que o constituem. Refletir sobre o discurso, desse modo, é assumir que os sentidos são instáveis, atravessados pela contradição e pelo equívoco, e que toda materialidade discursiva se inscreve em uma rede de já-ditos que orienta e limita as possibilidades de significação. É esse deslocamento, da língua como sistema fechado para o discurso como prática histórica, que permite compreender como os sentidos se naturalizam, se legitimam ou se tornam passíveis de contestação em determinadas formações sociais. Conforme Orlandi (2020, p.13),

[...] a primeira coisa a se observar na Análise do Discurso é que ela não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua do mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

O objeto específico que a AD constrói é o discurso como materialidade significativa atravessada pela história e pela ideologia. Não se trata de analisar textos enquanto unidades linguísticas, nem de interpretar intenções individuais, mas de compreender o funcionamento do sentido a partir das condições de produção, das formações discursivas, do interdiscurso e da memória. A formação discursiva designa o conjunto de regularidades que, numa formação ideológica, define o que pode e deve ser dito, sendo a memória discursiva o já-dito que sustenta e antecede cada novo enunciado, permitindo o processo parafrástico. Assim, todo discurso se constitui por meio da relação com outros, produzindo efeitos de repetição e paráfrase, mas também de deslocamento e polissemia (eis o interdiscurso⁵).

Em síntese, a AD de linha francesa nasce em um momento de intensas transformações políticas e teóricas, como resposta à necessidade de compreender a linguagem em sua dimensão histórica e ideológica. Articulando Linguística, Marxismo e Psicanálise, a AD rompe com a suposta evidência do sentido e centralidade do sujeito como origem do dizer, postulando que os sentidos são produzidos em condições históricas determinadas, sob relações de força e atravessados por processos ideológicos e inconscientes. Conforme Orlandi (2020, p.18), a AD:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a

⁵ Conjunto de dizeres já produzidos social e historicamente que atravessam qualquer novo discurso.

historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Trata-se, portanto, de um campo que não apenas analisa textos, mas interroga os mecanismos pelos quais os discursos produzem sujeitos, evidências e verdades no interior das formações sociais. É nesse horizonte que se insere o presente estudo, cujo corpus é constituído por obituários, com foco naqueles voltados a mulheres. Considerando esse gênero discursivo, marcado pela memória, pela seleção de acontecimentos e pela valoração social das trajetórias de vida, a AD oferece condições teóricas para investigar como a ideologia intervém na construção dessas narrativas póstumas. Longe de serem registros neutros ou meramente informativos, os obituários operam como espaços privilegiados de produção de sentidos sobre o sujeito, inscrevendo determinadas posições ideológicas acerca do que merece ser lembrado, silenciado ou destacado.

No caso específico dos obituários femininos, esses processos se mostram relevantes, uma vez que a construção discursiva sobre as mulheres é atravessada por regularidades que reforçam papéis sociais, expectativas de gênero e formas historicamente cristalizadas de identificação. Parte-se da hipótese de que a ideologia atua nesse contexto produzindo efeitos de evidência que naturalizam determinadas representações do feminino, como a centralidade da vida privada, da maternidade, do cuidado e da afetividade, ao mesmo tempo em que apagam ou secundarizam outras dimensões, como a atuação pública, política ou profissional. A análise dos obituários busca verificar em que medida esse funcionamento discursivo se materializa no corpus selecionado.

Ao mobilizar a Análise de Discurso, por meio deste estudo, busca-se compreender de que modo os obituários de mulheres funcionam como lugares de inscrição da memória social e como dispositivos de reprodução ou, eventualmente, de deslocamento de efeitos ideológicos de discursos hegemônicos sobre o feminino. Interessa analisar como as escolhas temáticas e lexicais, os silêncios e as formas de designação constroem efeitos de sentido que participam da manutenção de um conjunto de supostas evidências sobre as mulheres, mostrando a articulação entre ideologia, história e memória na produção discursiva dos obituários.

2.1 O obituário

O obituário, enquanto gênero jornalístico, constitui a materialidade discursiva desta pesquisa que emerge em um espaço específico: o da morte socialmente reconhecida. Mais do que uma simples comunicação sobre o falecimento de alguém, ele é uma prática de linguagem atravessada por memórias, valores e ideologias. Sua função não é apenas informar que uma vida chegou ao fim, mas também produzir sentidos sobre o sujeito e o lugar social que ocupou.

Sem dúvida, poderia ser enumerada uma hierarquia do luto. Já a vimos no gênero do obituário, onde vidas são rapidamente organizadas, resumidas, humanizadas, geralmente casadas ou a caminho disso, heterossexuais, felizes, monogâmicas. [...] Precisamos nos perguntar, repetidas vezes, como o obituário funciona como instrumento pelo qual a "enlutabilidade" é publicamente distribuída. É o meio pelo qual uma vida se torna, ou deixa de se tornar, uma vida passível de luto público, um ícone para o autorreconhecimento nacional, o meio pelo qual uma vida se torna digna de nota. Como resultado, precisamos considerar o obituário como um ato de construção da nação (Butler, 2004, p. 32, tradução nossa).⁶

⁶ A hierarchy of grief could no doubt be enumerated. We have seen it already in the genre of the obituary, where lives are quickly tidied up, and summarised, humanised, usually married or on the way to be, heterosexual, happy, monogamous. [...]

Nesse sentido, a leitura de Judith Butler acerca do obituário como ato de “construção da nação” possibilita compreender como esse gênero discursivo participa ativamente da produção, repetição e legitimação de uma ideologia do mérito. Trata-se de um funcionamento no qual determinadas trajetórias de vida são discursivamente elevadas à condição de exemplares, convertendo-se em referências socialmente valorizadas, enquanto outras permanecem silenciadas ou relegadas às margens da memória pública. O obituário, assim, não se limita a recordar vidas individuais, mas funciona como um dispositivo de seleção e hierarquização simbólica, contribuindo para a reprodução de valores sociais que definem quais existências são reconhecidas como dignas de luto, de visibilidade e de inscrição na história coletiva.

Do ponto de vista discursivo, o obituário articula diferentes dimensões. Ele pode assumir um tom informativo, quando aparece em jornais e meios de comunicação, trazendo dados como idade, profissão, feitos e legado do falecido, mas também pode assumir um caráter íntimo, quando escrito por familiares e amigos, destacando características pessoais, afetos e lembranças. Em ambos os casos, há um trabalho de construção de imagem; o sujeito que já não está mais vivo é reinscrito no discurso como memória e como marca social.

Na perspectiva da AD, o obituário pode ser compreendido como um texto atravessado por condições de produção, determinadas pela infraestrutura social (o espaço jornalístico, religioso ou familiar em que é produzido), por formações discursivas (os modos de dizer da religião, da ciência, da família, da imprensa) e pela memória discursiva (os sentidos já estabilizados sobre morte, luto, saudade, legado, eternidade). Isso significa que, ao escrever um obituário, não se parte do zero; há sempre um já-dito que orienta a forma de falar da morte. Nesse jogo enunciativo, importa considerar também as imagens que se constroem entre os sujeitos do discurso, já que A (o locutor) e B (o interlocutor) não se relacionam diretamente enquanto indivíduos empíricos, mas a partir das representações que cada um faz de si mesmo e do outro. Pêcheux ([1969] 1997, p. 83) esclarece que todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, “que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro”.

No caso do obituário, o obituarista (A) não escreve para um leitor genérico, mas para uma imagem de leitor (B) construída pelas condições de produção do texto, o espaço jornalístico, religioso ou familiar em que o gênero circula. Da mesma forma, o leitor acessa o texto a partir de uma imagem do enunciador e do próprio obituariado, mediada pela memória discursiva. Esse jogo de imagens revela que o obituário não é apenas um registro biográfico, mas um espaço de negociação simbólica entre posições-sujeito determinadas historicamente, em que a forma de dizer a morte é sempre orientada por um já-dito que precede e atravessa o enunciado.

Nessa perspectiva, o obituário não apenas informa ou caracteriza, mas também organiza a memória coletiva. Ele funciona como um texto de transição entre a vida e a ausência, entre o sujeito presente e o sujeito lembrado. É um gênero que dá visibilidade ao morto no espaço social, reatualizando sua trajetória em poucas palavras. Quando publicado em meios de comunicação, pode até mesmo transformar uma morte individual

we have to ask, again and again, how the obituary functions as the instrument by which grievability is publicly distributed. It is the means by which a life becomes, or fails to become a publicly-grievable life, an icon for national self-recognition, the means by which a life becomes noteworthy. As a result we have to consider the obituary as an act of nation-building (Butler, 2004, p. 32, texto original).

em um acontecimento de interesse público, reforçando a importância histórica ou cultural da pessoa.

Por outro lado, o obituário também mostra como a morte é atravessada por ideologia. Há sujeitos cujas mortes ganham destaque, sendo narradas em páginas inteiras de jornais, enquanto outros permanecem silenciados. No caso das mulheres, essa seletividade se mostra particularmente marcada: seu destaque midiático tende a estar condicionado à vinculação a papéis sociais específicos, como esposa, mãe ou figura pública associada a homens de prestígio, revelando que nem toda vida feminina é igualmente "digna de memória", mas sim aquela que se ajusta a determinadas expectativas de gênero. Esse recorte revela a seletividade dos discursos e evidencia que o obituário não é apenas um registro neutro, mas também uma prática que legitima certas vidas e, no caso das mulheres, determinadas facetas de suas trajetórias como mais "dignas de memória" do que outras.

Em sua materialidade, o gênero costuma trazer marcas linguísticas características: verbos no pretérito, adjetivos valorativos ("dedicado", "exemplar", "querido"), fórmulas de homenagem e pré-construídos discursivos cristalizadas como "deixa saudades", "será sempre lembrado" ou "sua trajetória permanece viva em nossas memórias". Tais marcas revelam como a linguagem funciona na tentativa de suavizar a dor, dar continuidade simbólica à existência e produzir efeitos de eternidade diante da finitude. Além disso, funcionam como mecanismos de repetição e sustentação de sentidos que delimitam lugares sociais distintos.

Ao comparar diferentes gêneros ligados à morte, observa-se que o obituário se distingue da nota de falecimento por diversas razões. Muitas notas de falecimento são pagas, enquanto o obituário não. Além disso, a nota de falecimento apresenta apenas informações superficiais sobre a vida do falecido: relata quando e onde ocorreu a morte, a causa, a profissão e o local do sepultamento. No entanto, não oferece detalhes sobre a personalidade do indivíduo, nem compartilha histórias significativas, curiosas ou interessantes sobre ele.

Da mesma forma, os necrológios também diferem dos obituários. Assim como as notas de falecimento, os necrológios costumam ser pagos e produzidos para informar os parentes sobre a morte. Normalmente, fazem elogios genéricos ao falecido, como "foi um bom marido e um bom pai de família". Já os obituários seguem outro princípio: buscam apresentar a vida do indivíduo de forma mais ampla, destacando méritos, feitos e aspectos que o tornam singular, construindo-o discursivamente como digno de memória e de rememoração.

Portanto, o obituário pode ser visto como um gênero discursivo que se situa entre o informar e o homenagear, entre a objetividade do registro e a subjetividade da saudade. Ele mostra como a morte, ao ser inscrita no discurso, deixa de ser apenas uma ausência e se torna também presença simbólica, inscrita na memória familiar e social.

A Folha de S. Paulo⁷ é um jornal brasileiro fundado em 1921, com sede em São Paulo, e um dos veículos de comunicação impressa de maior circulação e influência no país. Esse posicionamento institucional é relevante para o presente estudo, na medida em que os valores e escolhas discursivas que orientam a produção jornalística do veículo incidem

⁷ Fundada em 1921, a Folha é um dos maiores e o mais influente entre os jornais diários nacionais de interesse geral. O crescimento foi calcado nos quatro alicerces do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. A Folha se propõe a fazer uma curadoria de notícias, oferecendo conteúdo variado e expondo seus leitores a diversos pontos de vista (Folha de S. Paulo, O Grupo).

diretamente sobre os modos de narrar as vidas que chegam à sua coluna de obituários, gênero que, embora pertença à esfera informativa e utilitária, incorpora recursos estilísticos que o aproximam do literário, não pelo simples fato de ser narrativo, já que a notícia também o é, mas pelo tom celebrativo, pelo vocabulário afetivo e pela construção textual mais próxima da crônica do que do lead jornalístico. É essa combinação entre informar e narrar que distingue o obituário de outros gêneros jornalísticos. No Brasil, esse formato teve sua estreia na Folha de S. Paulo em 2007⁸, jornal pioneiro na adoção do gênero no país, que inicialmente publicava os textos apenas aos sábados e, com o crescimento do interesse dos leitores, passou a adotá-lo como seção diária.

O obituário na Folha é uma publicação diária e, devido a isso, estabilizou-se rapidamente e conquistou um público cativo de leitores, obtendo, em 2008, o seu formato atual e mais estável. Além disso, a interpretabilidade dos dados e a relação com uma cenografia do literário são importantes para tornar o texto mais agradável, amenizando o peso das notícias e as tragédias corriqueiras das reportagens diárias (Silva, 2009, p. 22).

O obituário na Folha de S. Paulo era publicado apenas aos sábados, concentrando todas as notícias e homenagens a falecidos em uma única edição semanal. Com o tempo, no entanto, o gênero se expandiu e passou a ser veiculado diariamente, permitindo que os leitores acompanhassem de forma mais imediata e constante as histórias de vida daqueles que partiram, consolidando o obituário como uma seção regular e acessível do jornal.

No Brasil, os jornais não possuem uma seção específica dedicada a obituários. As notícias sobre falecimentos são inseridas em diferentes áreas do jornal, dependendo da afinidade ou atuação do falecido, seja na Economia, nos Esportes, na Cultura, na Política, abrangendo artistas, esportistas e pessoas comuns. Conforme Silva (2009, p. 22), "Não há editor específico para os obituários. O jornalista que escreve o texto responde ao editor do caderno Cotidiano, onde fica a seção de obituários. Os textos passam pelos redatores da editoria (ou pelo próprio editor) antes de acabar na página."

Os títulos dos obituários geralmente incluem o nome da pessoa e um destaque sobre algum aspecto marcante de sua vida. Esse padrão pode ser observado a seguir:

Do antiquário que colecionava relógios [que] foi batizado de 'George Homenço, em busca do tempo'. O da faxineira que, ao sair de um avião em solo, não percebeu a ausência da escada recebeu o título de "Deonice Santana, o sonho e a queda". "Carlos dos Santos e o posto de gasolina" intitulou a matéria sobre o frentista que teve o corpo queimado pela explosão de uma bomba de combustível. Ele atendera ao celular enquanto descarregava 15 mil litros (Scarpin, 2008, p.1).

Segundo Silva (2009), o obituário produzido no Brasil tende a privilegiar a celebração da vida de um indivíduo, independentemente de sua relevância social ou profissional, narrando sua trajetória de modo singelo. Embora não siga integralmente os padrões do Jornalismo Literário, corrente jornalística que incorpora técnicas da narrativa ficcional, como a construção de personagens, cenas e uma estrutura mais elaborada, sendo característica de perfis e biografias, o obituário incorpora recursos literários que tornam a leitura mais leve e menos centrada no aspecto noticioso. Configura-se, assim, como um

⁸ A Folha implantou o obituário no dia 24 de outubro de 2007, coordenado pela secretária de redação Suzana Singer. O primeiro texto foi "Marco Maia" escrito pelo jornalista William Vieira, recém-saído do programa de treinamento do jornal. "Matinas Suzuki Jr., que foi editor-executivo da Folha nos anos 1990, [e que] preparava em 2007 a edição brasileira de "O Livro das Vidas - Obituários do 'New York Times' (Companhia das Letras, S. Paulo, p. 312), [foi quem] influenciou a decisão da Folha" (FILHO, 2009) (Silva, p. 22, 2009).

gênero informativo e utilitário de caráter fúnebre, pois articula a comunicação do óbito à interpretação da trajetória de vida do indivíduo, dependendo de sua morte para que a função social de celebrar a vida seja compreendida, oferecendo ao leitor o sentido de uma história que merece ser contada.

Entretanto, é justamente em relação a essa definição que o corpus selecionado no jornal Folha de S. Paulo se distancia da caracterização proposta por Silva (2009): ao contrário de uma celebração da vida independente da relevância social ou profissional do sujeito, os obituários analisados revelam que o acesso a esse espaço de memória, e o modo como a trajetória é narrada, está diretamente condicionado ao status social, midiático ou familiar da pessoa obituariada, o que reforça, no caso específico das mulheres, a hipótese de uma seletividade discursiva atravessada por critérios de gênero.

3 QUANDO ELAS PARTEM: REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM OBITUÁRIOS

A relação entre morte e mulher, no âmbito da memória pública é atravessada por silenciamentos e desigualdades simbólicas de longa duração. A divisão histórica entre público e privado é o primeiro mecanismo de diferenciação simbólica: homens foram/são historicamente consagrados como sujeitos do espaço público (política, ciência, negócios, arte), enquanto mulheres foram fixadas no privado (cuidado, domesticidade). Quando a memória pública se organiza, em obituários, homenagens e monumentos, ela herda essa clivagem e tende a registrar como “memorável” sobretudo aquilo que já foi valorizado no público. O resultado é cumulativo: há mais material (documentos, fotos, cargos, prêmios) sobre homens e menos sobre mulheres, o que reforça o ciclo de visibilidade/invisibilidade que incide sobre elas.

No plano institucional, entram as condições de produção⁹ dos obituários: critérios de “relevância” e “noticiabilidade”, rotinas e hierarquias, disponibilidade de fontes, tempo de fechamento, políticas editoriais. Como o cânone do “notável” foi historicamente masculino, mulheres que atuaram no privado ou em campos desvalorizados entram menos ou entram com entradas menores (títulos discretos, menos linhas, ausência de foto), enquanto homens costumam receber peças mais extensas. Também pesa quem fala: se as vozes citadas são majoritariamente familiares, a narrativa tende ao eixo relacional; quando aparecem pares profissionais, alunos, públicos impactados, cresce a chance de agência e legado aparecerem.

No nível da materialidade linguística, há microdecisões que produzem desigualdade simbólica. Verbos de serviço (“ajudava”, “cuidava”) substituem verbos de agência (“fundou”, “liderou”, “pesquisou”); adjetivos afetivos (“doce”, “querida”) ocupam o lugar de qualificadores públicos (“referência”, “premiada”, “influyente”); a voz passiva (“foi homenageada”) apaga o sujeito agente, comprimem a trajetória em papéis relacionais. A organização do enredo reforça o efeito, começa-se pelo matrimônio, maternidade e virtudes, e a obra, quando aparece, surge como apêndice; conflitos, escolhas difíceis e disputas (que constroem identidade pública) são atenuados ou suprimidos.

Por fim, atuam os silêncios estruturantes e a interseccionalidade: raça, classe, território, sexualidade e religião modulam quem é lembrada e como. Mulheres negras,

⁹ A condição de produção se refere a todas as circunstâncias históricas, sociais, políticas e culturais que influenciam a produção, circulação e recepção dos discursos. É através da análise dessas condições que podemos compreender como os discursos são produzidos, para quem e com que finalidade (Orlandi, 2001, p. 29).

periféricas ou de profissões precarizadas tendem a sofrer duplo apagamento (de gênero e de raça/classe). Esses silêncios não são neutros: eles despolitizam vidas, dissolvem autoria e restringem o que conta como legado. Em termos de AD, tudo isso se explica pela disputa entre formações discursivas¹⁰ (cuidado/doméstico x cidadania/profissão), pelo interdiscurso¹¹ que naturaliza a “abnegação feminina” e pelas posições de sujeito atribuídas à falecida (a mãe de x a profissional que). O efeito final é uma memória pública que, muitas vezes, domestica a mulher na hora de nomeá-la.

Embora a morte seja um fenômeno universal, os modos de significá-la não são: eles refletem e refratam construções sociais de gênero. Historicamente, as mortes de homens foram inscritas no espaço público, jornais, memoriais, monumentos e associadas a feitos, cargos, obras e impacto coletivo, enquanto a morte de mulheres foi frequentemente enquadrada pelo eixo do privado, com narrativas que privilegiam papéis relacionais, como mãe, esposa ou cuidadora.

Nesse sentido, ao se pensar a morte das mulheres, é preciso compreender que os discursos que a circundam não apenas registram um fim biológico, mas também reforçam, ou tensionam, posições sociais e ideológicas. O obituário, enquanto gênero, torna-se um lugar privilegiado dessa disputa, pois nele se decide se a mulher será lembrada por suas conquistas ou reduzida a papéis tradicionais.

3.1 O obituário como gesto discursivo: entre mediação editorial e produção de sentidos

Não há apenas uma maneira de construir um discurso e de contar uma história, pois toda escrita carrega escolhas, recortes e intencionalidades. Um discurso não constitui um espelho fiel da realidade, pois a língua e os discursos que emergem são atravessados por ideologias, valores e contextos históricos. Além disso, nenhum discurso circula sozinho: se é publicado, é porque, no mínimo, passou pela leitura e aprovação de outra instância, seja editorial, institucional ou social. No caso dos obituários, esse processo de mediação se mostra ainda mais evidente, já que muitas vezes eles são preparados com antecedência, como a própria Rita Lee pontuou em sua autobiografia, e só depois passam pelo crivo editorial para ganhar forma definitiva.

Desse modo, é possível afirmar que um obituário não se resume à memória ou à intenção de um sujeito individual, mas envolve também as escolhas de uma linha editorial que decide o que destacar e de que modo fazê-lo. A questão, portanto, não reside simplesmente na possibilidade ou não de mencionar determinadas temáticas, como o uso de drogas, mas sim em como tais temas são trazidos ao texto e que efeito de sentido constroem. É sempre possível falar de qualquer assunto, mas o modo de fazê-lo define se a narrativa será complexa e plural ou se cairá em reduções que obscurecem a multiplicidade de uma trajetória.

Enunciados que se apresentam como homenagens, mas que se tornam monotemáticos, simplificadores ou que enquadram a mulher em posições limitadoras, tendem a ser criticados e rebatidos, já que, ao invés de pluralizar a memória, cristalizam imagens estigmatizadas. No caso em questão, o que ganhou maior repercussão não foi

¹⁰ “A formação discursiva é o lugar onde o discurso é produzido e onde é possível identificar as condições sociais e históricas que determinam a produção do discurso” (Pêcheux, 1995. p. 46).

¹¹ O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (Orlandi, 1999, p. 33-34).

apenas a lembrança da artista, mas, principalmente, o destaque dado ao título considerado inadequado e ao tom de linchamento, que acabaram ofuscando o gesto de homenagem e deslocando o foco dos sentidos.

Figura 1 – Manchete do obituário de Rita Lee



Fonte: Folha de S. Paulo (2023)

A escolha da manchete no obituário de Rita Lee não pode ser entendida como um ato neutro ou informativo, na medida em que “a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente” (Orlandi, 2020 p.15). Trata-se de um gesto de interpretação, inscrito em condições de produção específicas e atravessado por formações discursivas. Ao destacar a temática das drogas, a manchete se ancora em uma formação discursiva marcada por efeitos de sentidos de marginalidade, transgressão e estigma, que historicamente associam o consumo de substâncias a um lugar de desvio social e de fragilidade moral.

Assim, a Formação Discursiva (FD) funciona como o espaço de limites e possibilidades: ela estabelece o que pode ser dito, de que forma, e também o que deve ser silenciado. Isso significa que, ao falarmos, não partimos de uma neutralidade individual, mas de posições de sujeito atravessadas por ideologia e interdiscurso. Assim, cada texto (um sermão, panfleto, obituário, notícia) se inscreve em um campo de sentidos já disponível, revelando tanto o lugar social de onde se fala quanto as disputas que configuram a luta de classes e, nesse caso, de modo particular, de discriminação e hierarquização entre gêneros.

Nessa perspectiva, torna-se necessário observar que o que está em jogo não é somente a possibilidade de falar sobre drogas, mas o modo de dizer e o lugar de memória construído em torno da artista que, ao ser vinculada ao consumo de drogas, é desqualificada moralmente e tem relativizada sua relevância musical, inscrevendo-se numa memória que desvaloriza a produção artística e enquadra a figura do músico como

boêmio e marginal. Nessa direção, memória não é entendida como lembrança individual ou simples registro do passado, mas como memória discursiva, isto é, o conjunto de dizeres já produzidos socialmente e que atravessam todo novo enunciado. Em outras palavras, quando um sujeito fala ou escreve, ele não parte do zero: seu dizer é sempre atravessado por outros já ditos, retomados, atualizados ou mesmo silenciados no presente, produzindo, nesse ponto, uma imagem depreciativa da pessoa falecida, sustentada por discursos sobre arte, música e drogas. Para Orlandi (2020, p. 29),

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e retorna sob a forma de um pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra.

Assim, o discurso ativa o interdiscurso que antecede e atravessa, retomando sentidos cristalizados ou deslocando-os. O conceito evidencia, portanto, que o sujeito não é dono absoluto do que diz, mas se inscreve em redes de significados historicamente constituídas.

A AD francesa sustenta que o discurso não é transparente, só eleger “as drogas” como marca identitária de Rita Lee na manchete, a Folha não apenas seleciona um recorte, mas apaga outras dimensões de sua trajetória: a pioneira do rock brasileiro, a voz feminina disruptiva, a compositora de alcance popular e sofisticado, em favor de uma representação desqualificadora. Esse apagamento evidencia o funcionamento da ideologia, que não é consciente ou intencional, mas estrutura os sentidos possíveis no interior de uma formação social.

Outro aspecto a destacar é que o obituário, como gênero discursivo, costuma estar associado à função de homenagem bem como à cristalização de uma memória positiva sobre o sujeito que parte. Nesse caso, entretanto, o gesto editorial rompe com a expectativa de celebração, instaurando uma tensão entre a forma esperada do gênero e a materialidade discursiva apresentada. Essa ruptura gerou o efeito de “linchamento simbólico” percebido por leitores, pois em vez de consolidar a artista como ícone plural, reforça uma identidade limitada a um traço estigmatizado. Aqui se observa o funcionamento do interdiscurso: a manchete mobiliza sentidos já circulantes sobre drogas e comportamento desviante e reinscreve Rita Lee nessa rede de significados, deslocando sua imagem pública.

Esse funcionamento discursivo evidencia que a manchete não apenas mobiliza sentidos já cristalizados sobre drogas e comportamento desviante, mas os reinscreve em uma memória social mais ampla que define, hierarquiza e moraliza o lugar da arte e do artista na sociedade. Trata-se de um interdiscurso antigo, no qual a produção artística é frequentemente deslocada de seu estatuto de trabalho e produção simbólica para ser interpretada sob a chave da irresponsabilidade, do excesso ou da inutilidade social.

Nesse quadro, o artista aparece como figura liminar, associada à boemia, ao prazer, ao desregramento e, não raramente, à improdutividade, sentidos que reaparecem de modo recorrente no debate público contemporâneo. As controvérsias em torno da Lei Rouanet¹² são um exemplo emblemático desse processo: o incentivo cultural é reiteradamente reduzido, no discurso midiático e nas redes sociais, a um privilégio

¹² A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) é o principal mecanismo de incentivo à cultura no Brasil, permitindo que empresas e pessoas físicas destinem parte do seu Imposto de Renda devido para financiar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC), recebendo em troca benefícios fiscais, como dedução no IR.

injustificado, reforçando a ideia de que a arte não constitui trabalho legítimo, mas um desvio sustentado por recursos públicos.

Desse modo, a manchete não apenas fala sobre Rita Lee, mas atualiza um discurso social mais amplo que define quais formas de produção simbólica são reconhecidas como legítimas e quais são reduzidas a desvios morais. Ao articular drogas, rebeldia e comportamento desviante, o texto jornalístico contribui para a manutenção de uma memória discursiva que desvaloriza o fazer artístico como trabalho e reforça hierarquizações de gênero, evidenciando como a linguagem participa ativamente da produção e da circulação de sentidos sobre arte, cultura e valor social.

É justamente a partir desse funcionamento discursivo mais amplo que a análise da manchete pode ser aprofundada no interior da AD. Se, por um lado, o texto jornalístico atualiza uma memória social que moraliza o fazer artístico e hierarquiza valores culturais, por outro, ele permite observar como tais sentidos se estabilizam e circulam por meio de escolhas discursivas específicas, atravessadas pela ideologia. Assim, o deslocamento do olhar do plano temático para o modo de dizer revela que a manchete não apenas informa, mas participa ativamente da produção de evidências, silêncios e apagamentos que constituem a memória discursiva sobre Rita Lee.

Do ponto de vista da AD, portanto, a análise da manchete permite compreender como os sentidos não são naturais ou evidentes, mas resultado de escolhas discursivas atravessadas pela ideologia. O que se silencia é tão relevante quanto o que se diz e é nesse jogo de dizeres e não-dizeres que se constitui a memória discursiva sobre Rita Lee.

Não se trata de proibir a menção às drogas, mas de perceber que, ao concentrar o dizer em apenas um ou dois aspectos, o obituário perde a oportunidade de registrar, com a devida amplitude, a complexidade e a maestria da vida de quem partiu. Afinal, trata-se de um gênero que não se repete: publica-se uma única vez, porque se morre uma única vez. Por isso, a genialidade do sujeito não pode ser reduzida ou esquecida.

Um obituário que se propusesse a narrar a trajetória de uma estrela do rock nacional deveria começar reconhecendo sua relevância histórica, cultural e estética, situando-a como parte fundamental da memória musical do país. Entrando, essa não foi a escolha da Folha.

É nesse deslocamento que o olhar se volta ao obituário, não como registro neutro, mas como espaço em que a morte é narrada e a vida é discursivamente reconstruída.

Ao ser considerado como peça de memória pública, o obituário de Marília Mendonça permite examinar como o discurso jornalístico constrói despedidas e inscreve mulheres em determinadas narrativas. O foco recai sobre os sentidos que se fixam como legado e aqueles que se perdem ou são silenciados nesse processo.

Marília Mendonça morreu em 5 de novembro de 2021¹³ em um acidente aéreo durante voo de táxi aéreo de Goiânia para Caratinga. No mesmo dia, às 20h37, o jornal Folha de São Paulo publicava o obituário da cantora¹⁴. O jornal intitulava "Marília Mendonça, rainha da sofrência, não soube o que é o fracasso" (Ilustrada, 5.nov.2021, 20h37) inscreve a cantora numa memória pública marcada por comoção nacional e urgência editorial, condição que orienta as escolhas de enquadramento e linguagem. O

¹³ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/11/05/marilia-mendonca-morre-apos-queda-de-aviao-em-minas-gerais.ghtml>. Acessado em 10 de abr. de 2026.

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/marilia-mendonca-rainha-da-sofrenca-nao-conheceu-o-fracasso.shtml>. Acessado em 10 de abr. de 2026.

paratexto já antecipa o recorte: o título consagra a artista ("rainha") e fixa uma tese de êxito contínuo ("não soube o que é o fracasso").

No corpo do texto, duas FDS se tensionam. De um lado, a FD do mérito/obra: trajetória precoce, catálogo autoral, liderança no "feminejo"¹⁵, números de audiência e reconhecimento de pares ("mudou a face da música sertaneja", "rainha da sofrência"). De outro, a FD da normatividade corporal: avaliações explícitas de voz e aparência, como "nunca foi uma excelente cantora" e referências a ser "gordinha" e "brigava com a balança", que enquadram a artista pelo crivo estético do mercado. Esse jogo produz efeitos ambíguos na posição de sujeito atribuída à falecida: ora agente (compositora, cabeça de um movimento, figura que "redefine repertórios"), ora objeto de avaliação segundo expectativas de performance vocal e corpo "adequado".

Há inúmeras possibilidades de dizer quem foi Marília Mendonça, seja destacando sua notável capacidade compositora, a força singular de sua voz, o impacto de suas canções na música popular brasileira ou o lugar de centralidade que ocupou no cenário musical contemporâneo. No entanto, o obituário publicado pela *Folha de S. Paulo* opta por seguir outro percurso discursivo, privilegiando determinados recortes em detrimento de outros. Essa opção não é aleatória nem neutra, mas resultado de uma escolha que orienta os sentidos produzidos sobre a artista e regula a forma como sua trajetória é inscrita na memória coletiva. Ao selecionar certos aspectos e silenciar outros, o texto jornalístico constrói uma imagem específica de Marília Mendonça, evidenciando que o obituário, longe de apenas relatar uma vida, atua como espaço de disputa simbólica no qual se decide o que merece ser lembrado e sob quais chaves de leitura.

SD1: Não era reconhecida como uma cantora de excelência. Seu visual tampouco correspondia aos padrões considerados mais atraentes pelo mercado da música sertaneja, então marcado pela presença de pouquíssimas mulheres que alcançaram sucesso, como Paula Fernandes, Cecília (da dupla com Rodolfo), Roberta Miranda, Irmãs Galvão e Inhana (da dupla com Cascatinha) (Folha De S. Paulo, 2021).

A formulação "Não era reconhecida como uma cantora de excelência" condensa um funcionamento discursivo particularmente revelador das hierarquizações que atravessam o campo musical e, de modo mais amplo, os modos de significar trajetórias femininas na imprensa. Ao deslocar a avaliação para o plano do "reconhecimento", o enunciado aparenta atenuar o julgamento, não se diz que a cantora *não era* excelente, mas que *não era reconhecida como tal*. No entanto, esse aparente distanciamento produz um efeito ideológico decisivo: naturaliza a ausência de reconhecimento como algo dado, quase evidente, apagando as condições históricas, sociais e simbólicas que regulam quem pode ou não ser legitimado como "excelente". O reconhecimento, que é sempre resultado de disputas discursivas e institucionais, passa a figurar como critério neutro, quando, na realidade, opera como mecanismo de exclusão.

Do ponto de vista da AD, trata-se de um enunciado que institui uma posição de sujeito marcada pela insuficiência simbólica. Ao afirmar que a cantora não alcança o estatuto de "excelência", o discurso redefine retrospectivamente sua trajetória, subordinando-a a parâmetros normativos que privilegiam determinadas performances vocais, estéticas e corporais historicamente associadas ao masculino ou a modelos femininos específicos, domesticados e aceitáveis. Silenciam-se, assim, outras dimensões fundamentais da prática musical, como autoria, composição, inovação, impacto cultural

¹⁵ Feminejo refere-se a um subgênero da música sertaneja brasileira protagonizado por mulheres.

e identificação popular, que poderiam sustentar formas alternativas de legitimidade artística.

Além disso, a noção de "excelência" mobilizada no enunciado não é explicitada, o que reforça seu caráter ideológico. Ao não nomear critérios, o discurso transforma uma avaliação situada em verdade universal, operando aquilo que a AD identifica como efeito de evidência: parece óbvio que a cantora não era excelente, quando, na verdade, essa evidência é produzida pelo próprio dizer. Esse funcionamento, recorrente em discursos sobre mulheres artistas, contribui para a manutenção de uma memória discursiva que reserva às mulheres posições secundárias, condicionais ou excepcionais, mesmo quando alcançam sucesso expressivo e reconhecimento popular.

A observação de que o "visual tampouco correspondia aos padrões considerados mais atraentes pelo mercado da música sertaneja" permite aprofundar a análise sobre o modo como esse campo artístico constrói e regula a figura da mulher ideal que pode ocupar legitimamente o espaço público da música sertaneja. Ao atribuir esse julgamento aos "padrões do mercado", o jornal produz um efeito de evidência, deslocando a responsabilidade do dizer para uma instância externa e naturalizando esse parâmetro como se fosse consensual e objetivo, quando, na realidade, trata-se de uma construção discursiva historicamente produzida. Trata-se de um universo historicamente marcado por valores conservadores, no qual a presença feminina sempre foi minoritária e rigidamente enquadrada por expectativas estéticas, corporais e comportamentais. A mulher que alcança reconhecimento nesse mercado tende a ser aquela cuja imagem se alinha a um modelo de feminilidade normatizada: aparência jovem, corpo enquadrado em padrões hegemônicos de beleza, gestual contido, sensualidade controlada e uma performance que não ameaça a ordem simbólica masculina dominante. Esse ideal feminino opera como condição tácita de aceitabilidade, funcionando como um filtro que antecede, e, muitas vezes, se sobrepõe, à avaliação musical propriamente dita.

Do ponto de vista discursivo, o "visual" não se restringe à aparência física, mas integra um conjunto de sentidos que articulam corpo, moral e valor social. No campo sertanejo, esse corpo feminino idealizado deve ser, ao mesmo tempo, desejável e domesticado, visível, mas não excessivamente transgressor. A mulher artista é convocada a ocupar uma posição paradoxal: precisa atrair o olhar, mas sem romper com a feminilidade tradicional; deve se destacar, mas sem deslocar o protagonismo masculino que estrutura o gênero. Assim, a estética funciona como mecanismo de controle simbólico, regulando quem pode ou não ser reconhecida como legítima representante do estilo.

É justamente nesse ponto que se compreende por que Marília Mendonça não se enquadrava nesse modelo ideal. Sua imagem pública se afastava dos padrões hegemônicos de beleza e de performance feminina impostos pelo mercado sertanejo. O corpo que não correspondia ao ideal magro, a recusa de uma sensualidade padronizada e a ênfase em uma presença cênica mais associada à força vocal, à autoria e à identificação com o público feminino produziam um deslocamento incômodo para um campo acostumado a um certo tipo de mulher. Em vez de se adequar ao modelo da cantora visualmente "atraente" e silenciosamente aceitável, Marília afirmava uma corporalidade que não pedia autorização, que não se oferecia como ornamento do espetáculo, mas como centro de enunciação.

Na sociedade contemporânea, ser mulher significa, em grande medida, habitar múltiplos papéis simultaneamente. Espera-se que a mulher seja autônoma, produtiva e bem-sucedida profissionalmente, ao mesmo tempo em que permaneça disponível

afetivamente, cuidadora, emocionalmente equilibrada e responsável pela gestão da vida doméstica. Quando essa mulher é também mãe, tais exigências se intensificam: a maternidade passa a operar como marcador central de julgamento, fazendo recair sobre ela a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado, pela educação dos filhos e pelo equilíbrio emocional da família. Essa sobreposição de expectativas produz um regime de cobrança permanente, no qual a mulher e, de modo ainda mais acentuado, a mulher-mãe, precisa provar constantemente sua competência, sua legitimidade e seu valor, tanto no espaço público quanto no privado, algo que raramente é exigido com a mesma intensidade dos homens.

Figura 2 – Manchete do obituário de Aracy Balabanian

Aracy Balabanian explicou em biografia que sua carreira não comportava filhos

Uma das mais relevantes atrizes da TV brasileira, morta aos 83 anos, preferiu não se casar

Fonte: Folha de S. Paulo (2023)

A manchete poderia ter enfatizado Aracy Balabanian como atriz premiada, como referência geracional ou como figura central da cultura televisiva, mobilizando sentidos ligados à obra, ao trabalho artístico e ao impacto cultural de sua atuação. Ao optar por deslocar o foco para a explicação biográfica sobre a inexistência de filhos, o jornal deixa de explorar esses outros percursos possíveis de dizer, evidenciando que a escolha não decorre de uma limitação factual, mas de um gesto discursivo que privilegia determinados aspectos da vida feminina em detrimento de outros. Assim, o silêncio sobre a maternidade não seria uma omissão, mas uma estratégia legítima de construção da memória pública que reconheceria a atriz prioritariamente por sua produção artística, e não por sua adequação, ou não, a expectativas sociais associadas ao feminino.

A escolha lexical do verbo “explicou” já indica um funcionamento ideológico importante: pressupõe-se que a ausência de filhos demande justificativa, como se se tratasse de uma falta a ser esclarecida perante o leitor. Diferentemente do que ocorre com trajetórias masculinas, a decisão de não ter filhos não aparece como opção legítima ou contingente, mas como algo que precisa ser racionalizado e tornado inteligível no espaço público.

A formulação “sua carreira não comportava filhos” mobiliza uma metáfora de incompatibilidade que naturaliza uma oposição entre maternidade e realização profissional. O verbo *comportar* sugere limite, capacidade e exclusão, produzindo o efeito de que a maternidade seria um elemento excessivo, impossível de ser conciliado com a vida artística. Esse funcionamento discursivo desloca a responsabilidade da escolha para a própria carreira, como se esta, enquanto entidade abstrata, impusesse a exclusão da maternidade. No entanto, ao fazer isso, o discurso silencia as condições sociais, históricas e estruturais que tornam a conciliação entre trabalho artístico e maternidade particularmente desigual para as mulheres.

Do ponto de vista da Análise de Discurso, a manchete se inscreve em uma formação discursiva que regula os modos de dizer sobre mulheres públicas, especialmente

aquelas que não se alinham ao modelo hegemônico da mulher-mãe. A maternidade aparece como expectativa normativa, de tal modo que sua ausência se converte em traço definidor da trajetória, mesmo quando se trata de uma artista amplamente reconhecida por sua contribuição cultural. Assim, a memória discursiva acionada pela manchete não privilegia a obra, a longevidade da carreira ou o impacto artístico de Aracy Balabanian, mas sua adequação, ou inadequação, a um ideal feminino socialmente estabilizado.

Além disso, a articulação entre “carreira” e “filhos” produz um efeito de causalidade que organiza a vida da atriz sob uma lógica de escolha excludente: para existir profissionalmente, foi necessário renunciar à maternidade. Esse efeito reforça uma hierarquização simbólica na qual a mulher que não é mãe precisa justificar sua trajetória, enquanto a maternidade permanece como horizonte implícito de completude feminina. Em termos discursivos, trata-se de um mecanismo de silenciamento, pois não se problematiza porque essa mesma incompatibilidade não é discursivamente exigida ou tematizada em obituários masculinos.

Essa construção discursiva pode ser melhor compreendida à luz do conceito de objeto imaginário, formulado por Pêcheux (1997 [1969]) em sua obra fundadora sobre a Análise do Discurso. O autor esclarece que o referente do discurso, aquilo sobre o qual se fala, pertence às próprias condições de produção.

Convém agora acrescentar que o “referente” (R no esquema acima, o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física (Pêcheux, p. 83, 1997 [1969]).

Não se trata, portanto, da Aracy Balabanian enquanto sujeito real e singular, mas de um objeto imaginário, a mulher-atriz sem filhos, construído discursivamente pela manchete a partir de formações ideológicas que associam a feminilidade à maternidade como condição de completude.

A manchete, ao destacar essa explicação biográfica como elemento central da memória póstuma da atriz, evidencia o funcionamento da ideologia na produção do dizível. O que se apresenta como simples informação biográfica é, na verdade, um gesto de interpretação que seleciona aquilo que deve ser lembrado e sob quais chaves de leitura. Assim, a ausência de filhos se converte em marcador identitário, funcionando como lente através da qual a trajetória de Aracy Balabanian é oferecida ao leitor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que os obituários femininos publicados na *Folha de S. Paulo* não se configuram como registros neutros ou transparentes da vida de mulheres que morreram, mas como materialidades discursivas atravessadas por formações ideológicas, memórias e condições de produção que orientam os modos de dizer, silenciar e significar essas trajetórias. Ao tomar o obituário como espaço de construção de memória pública, tornou-se possível evidenciar que a homenagem póstuma não apenas rememora uma vida, mas também a reorganiza simbolicamente, selecionando quais aspectos merecem visibilidade e quais são relegados ao apagamento.

A partir do referencial da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente das formulações de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, observou-se que os sentidos produzidos nos obituários não decorrem de uma escolha individual isolada, mas de um funcionamento discursivo mais amplo, no qual a linguagem funciona sob o atravessamento da ideologia e da história. Nessa direção, o que se apresenta como simples descrição biográfica ou homenagem jornalística participa de um processo de inscrição simbólica que produz efeitos de evidência, naturaliza determinadas leituras e estabiliza imagens específicas sobre as mulheres retratadas.

No caso de Marília Mendonça, a análise evidenciou o tensionamento entre formações discursivas distintas: de um lado, aquela que a consagra como artista de enorme impacto cultural, compositora prolífica e figura central na reconfiguração do sertanejo contemporâneo; de outro, aquela que a reinscreve sob o crivo da normatividade estética e de padrões de legitimidade que frequentemente subordinam mulheres artistas a avaliações de corpo, aparência e adequação. Esse funcionamento revela que, mesmo diante de uma trajetória pública incontornável, o discurso jornalístico ainda mobiliza critérios que deslocam a atenção da obra para aspectos corporais e estéticos, produzindo uma memória ambígua, na qual o reconhecimento convive com a desqualificação.

Da mesma forma, os exemplos mobilizados ao longo do artigo, como os casos de Rita Lee e Aracy Balabanian, reforçam que a construção discursiva da morte de mulheres é frequentemente atravessada por enquadramentos que reduzem a complexidade de suas trajetórias a traços isolados, moralizados ou normatizados. Nessas formulações, o que se silencia é tão constitutivo quanto o que se diz: apagam-se a pluralidade da obra, a densidade histórica da atuação pública e a potência simbólica dessas mulheres, ao mesmo tempo em que se destacam aspectos ligados à vida privada, ao corpo, à maternidade ou a traços estigmatizados. Assim, o obituário deixa de funcionar apenas como gesto de despedida e passa a operar como espaço de disputa pela memória.

Nesse sentido, a pesquisa permitiu afirmar que os obituários femininos analisados refletem e reproduzem desigualdades de gênero já sedimentadas na memória social, mas também tornam visível o modo como essas assimetrias se atualizam na linguagem. Ao narrar mulheres após a morte, o discurso jornalístico não apenas registra suas vidas, mas reinscreve posições de sujeito, hierarquiza experiências e delimita os sentidos legítimos de reconhecimento público. A morte, portanto, longe de apagar as desigualdades, pode intensificá-las, uma vez que o momento da homenagem se converte também em momento de fixação simbólica.

Desse modo, compreender o funcionamento discursivo dos obituários femininos implica reconhecer que a memória pública não é homogênea nem inocente. Ela é construída por meio de recortes, exclusões e disputas, sendo sempre atravessada por valores sociais, culturais e ideológicos. Nesse sentido, a noção de enlutabilidade proposta por Butler (2004) evidencia que nem todas as vidas recebem o mesmo reconhecimento social após a morte. Segundo a autora, "Certas vidas serão altamente protegidas, e a violação de sua condição de inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não encontrarão um apoio tão rápido e intenso e sequer serão consideradas passíveis de luto" (Butler, 2004, p. 32, tradução nossa). Sob essa perspectiva, o obituário, enquanto gênero jornalístico, participa da distribuição desigual desse reconhecimento, conferindo maior ou menor visibilidade às vidas que narra e, consequentemente, contribuindo para definir quais trajetórias são legitimadas como

dignas de memória pública. Investigar esses textos, portanto, significa também problematizar os mecanismos pelos quais certas vidas são celebradas em sua complexidade, enquanto outras são enquadradas por lógicas redutoras que limitam o que pode ser lembrado sobre elas.

Por fim, este estudo reafirma a relevância de se pensar o obituário como objeto legítimo de investigação discursiva, sobretudo quando se trata de analisar os modos pelos quais a imprensa constrói a memória de mulheres. Ao evidenciar os silenciamentos, apagamentos e deslocamentos que atravessam essas narrativas, a pesquisa contribui para ampliar o debate sobre gênero, memória e discurso no campo jornalístico, além de abrir possibilidades para novas investigações que aprofundem as relações entre linguagem, morte e representação social. Afinal, o que se diz de uma mulher quando ela morre não fala apenas dela, mas também da sociedade que a narra, dos valores que sustenta e dos limites que ainda impõe àquilo que pode ser lembrado como legado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BUTLER, J. **Precarious life**: the powers of mourning and violence. London: Verso, 2004.

FOLHA DE S. PAULO. Aracy Balabanian explicou em biografia que sua carreira não comportava filhos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ilustrada, ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/08/aracy-balabanian-explicou-em-biografia-que-sua-carreira-nao-comportava-filhos.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. Marília Mendonça, rainha da sofrência, não conheceu o fracasso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ilustrada, nov. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/11/marilia-mendonca-rainha-da-sofrenca-nao-conheceu-o-fracasso.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. **O grupo**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml. Acesso em: 30 jun. 2026.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969], p. 163-252.

SCARPIN, P. **A logística de fazer um morto**. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/a-logistica-de-fazer-um-morto/> . Acesso em: 15 jan. 2026.

SEMMLER, J. H.; DAROS, S. C. P. A construção discursiva do obituário brasileiro no jornal Folha de S. Paulo. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 3001-3016, abr./jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2018v15n2p3001>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SILVA, A. K. dos S. **Obituário contemporâneo: vulgarização ou celebração da vida?** 2009. Monografia (Curso de Comunicação Social) – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas (FATECS), Brasília, 2009.

Declaração de contribuição dos autores

Luísa Gabrielli foi responsável pela concepção da pesquisa, pela seleção do *corpus* e pela condução da análise discursiva dos dados. Lucas Andrey colaborou no levantamento do *corpus* e contribuiu com a revisão da literatura e com a discussão teórico-metodológica dos resultados. Renata Mendes atuou na revisão crítica do conteúdo intelectual do artigo, contribuindo para o refinamento das análises apresentadas. Todos os autores participaram da leitura, revisão e aprovação da versão final do artigo, responsabilizando-se por sua integridade e adequação acadêmica.

Declaração de uso de IA

Os autores declaram que utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial (IA) na produção deste artigo científico. Especificamente, foi utilizado o ChatGPT para auxiliar na tradução do título e do resumo do trabalho.

Agradecimentos

Agradecemos aos pareceristas pela leitura cuidadosa e criteriosa, bem como pela disponibilidade em avaliar este trabalho. Todos os comentários e sugestões apresentados foram de grande valia para o aprimoramento da pesquisa e para a qualidade final do texto.

*Artigo recebido em: 20/05/2026
Artigo aprovado em: 26/09/2026
Artigo publicado em: 14/10/2026*

COMO CITAR

LIMA, RODRIGUES & SCHRIMANN. "Entre dizer e silenciar: a construção discursiva dos obituários femininos na Folha de S. Paulo. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 14, p. 1-20, e02613, 2026.